

ORIENTADORES FAMILIARES: (RE)APROXIMANDO A FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Márcia Florencio de Souza¹ - CIEDS

Nathacha Monteiro Ferreira² - CIEDS

RESUMO

No município do Rio de Janeiro, o Programa Piloto Orientadores Familiares surgiu como resposta à demanda de criação de medidas específicas e integradas, direcionadas para o atendimento à primeira infância, em consonância com os dispositivos do artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que destaca a abrangência dos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O Programa, realizado pelo CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Itaú Social, entre os anos de 2012 e 2013, atendeu a 420 famílias, em 10 Creches, localizadas nos bairros de Senador Camará, Inhoaíba, Bangu, Realengo, Santíssimo, Campo Grande, Sepetiba e Santa Cruz, Zona Oeste da cidade e teve como objetivo promover a aproximação entre creche e família, atuando como uma ação educativa para as famílias que aguardavam vagas para matricular seus filhos nas creches.

O trabalho de sensibilização e informação foi realizado, por meio da atuação direta de 10 profissionais, denominados de “Orientadores Familiares”. Coube a estes profissionais atender as famílias e responsáveis, viabilizando momentos de diálogo, trabalhando o tema da promoção da educação e dos direitos da infância de forma interativa fornecendo orientações sobre o desenvolvimento da criança. Para sua atuação junto às famílias, os profissionais passaram por um processo continuado de formação com base na utilização de metodologias

¹ Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO.
E-mail:marciaflorencio@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
E-mail: nathachaferreira@hotmail.com

participativas e se constituiu como a fase da ação, da relação teoria/prática, considerada também como aprendizagem tanto no desenvolvimento dos conteúdos, como na abordagem, referenciada pelo planejamento, cuidado com a linguagem adotada e a ampliação de redes de relacionamentos.

Para o desenvolvimento da proposta, a metodologia utilizada estava estruturada a partir das seguintes ações: realização de orientações às famílias em situação de vulnerabilidade, nas temáticas de direitos, educação, saúde, cultura, entre outros; incentivo à participação nos espaços de informação como o Programa Primeira Infância Completa (PIC) e Escola de Pais; realização de visitas domiciliares para acompanhar as expectativas das famílias, com relação ao momento de entrada na creche; elaboração em parceria com as famílias de ações de cunho educativo, como recursos para contribuir com o desenvolvimento da criança; e, por fim, a promoção de atividades de apropriação da cidade, como recurso educativo não-formal, na perspectiva de ampliação do repertório sócio-cultural das famílias como incremento à novas possibilidades de relacionamento familiar.

O Programa considerou em sua condução práticas, esforços que foram relevantes para o estímulo ao aprendizado das crianças, que requer para sua formação integral, além da escola, a participação da família e da comunidade, integrando diversificadas dimensões da criança: afetiva, cognitiva, cultural e social.

Apontando alguns resultados, percebe-se que a experiência contribuiu para ampliação da visão da família sobre o processo escolar, já que antes entendiam a escolarização resumida somente ao ensino tradicional. As famílias atendidas pelos Orientadores Familiares perceberam que a educação dos filhos estava interligada à diversas áreas como afetividade, ludicidade e socialização.

Neste contexto, a educação infantil surge como a base para construção dessas relações e desses espaços compartilhados. Torna-se imprescindível reconhecer essa base como eixo fundamental para a consolidação de uma relação entre família e escola, que será mantida ao longo da vida escolar da criança. Posto isso, o CIEDS considera que todos os processos vivenciados durante o desenvolvimento do Programa Orientadores Familiares podem contribuir para o desenho de políticas públicas que valorizem a relação entre família e escola/creche como fator preponderante no desenvolvimento integral da criança.

Palavras-chave: *família – escola – educação integral – participação – educação infantil.*

RELAÇÃO CRECHE – FAMÍLIA: CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Na contemporaneidade, a família vem ganhando destaque em diversas áreas, em especial na educação, pelo seu papel integrador entre o lar, a escola e a comunidade. Pensar em educação de qualidade hoje é ter em mente a importância da escola e da família como instâncias educativas. Então, faz-se necessário compreendermos qual é a centralidade do debate em torno da relação Creche – Família.

Tanto pais quanto profissionais da educação parecem concordar sobre a importância da integração entre creche e família como fator relevante na qualidade da educação. Diversas experiências pelo Brasil demonstram que unidades escolares e famílias que conseguem estabelecer um mútuo apoio vêm conseguindo alcançar resultados importantes no desempenho escolar, na redução de conflitos e na busca de alternativas aos problemas encontrados.

Pesquisadores, nacionais e internacionais, confirmam que quando as escolas aprimoram seu relacionamento e compreensão sobre os estudantes, a capacidade de adequação de estratégias aumenta, e em consequência aumentam as chances de um trabalho educacional bem sucedido. (CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M., 2009).

De forma mais específica, quando os pais estão envolvidos com a educação dos seus filhos, eles tendem a incentivar uma atitude positiva em relação à escola e, em contrapartida, as crianças são incentivadas a valorizar a vida escolar, o que majoritariamente contribui na redução do absenteísmo e na diminuição do abandono escolar (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2009 [A]).

Se a relação escola-família mostra-se relevante para o conjunto do processo educacional, maior importância deve-se dar à primeira infância. Existe uma farta documentação científica demonstrando que o cérebro muda muito na primeira infância – período que compreende a idade de zero a seis anos - e se reorganiza, dependendo dos estímulos que recebe. Investimentos feitos nessa fase são fundamentais para o resto da vida de uma pessoa.

Segundo especialistas, é nesse intervalo de tempo que o ser humano desenvolve suas capacidades cognitivas, motoras, socioafetivas e de linguagem, estando a nutrição, a estimulação, o afeto e os cuidados básicos nos primeiros seis anos de vida diretamente relacionados ao crescimento e ao desenvolvimento cerebral. Daí a importância de garantir às

crianças, especialmente nessa fase, condições para que se desenvolvam de forma plena, defende a especialista da UNESCO, Andrade (2006).

Assim, continua Andrade (2006), ao investir na primeira infância e assegurar às crianças o direito à proteção, à saúde e à educação de qualidade, promove-se a redução das desigualdades. Isso significa, além da garantia de todos os direitos definidos em lei, o direito a nascer, crescer e se desenvolver com saúde, viver em segurança no aconchego de uma família e da comunidade. Tais direitos devem ser assegurados por meio de políticas públicas, sendo a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e comunidade.

RELAÇÃO ESCOLA – FAMÍLIA: ENTRE O MARCO REGULATÓRIO E A REALIDADE NOS MUNICÍPIOS

É importante destacar que para além da contribuição que uma boa relação escola-família traz para a educação, há uma série de documentos brasileiros que regulam e atribuem as responsabilidades do Estado, da família e da comunidade no processo educacional.

A Constituição Federal descreve em seu artigo 205 a educação como dever da família e do Estado (BRASIL, 1988). O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º afirma que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990).

Também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996, há a menção em seu artigo 1º sobre a compreensão de que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Ainda na LDB estão previstos as responsabilidades de articulação e integração entre os estabelecimentos de ensino, docentes, as famílias e a comunidade, na perspectiva da gestão democrática do ensino público, inclusive na educação básica.

Portanto, para além da importância percebida por pais e profissionais da educação quanto à integração escola-família, o gestor público necessita estar ciente das exigências legais para tal efetivação.

Entretanto, de acordo com o levantamento realizado em 2008 pela UNESCO em parceria com o Ministério da Educação foi constatado o baixo número de ações promovidas no Brasil pelo poder público. Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, apenas em 32 deles foram identificadas ações destinadas, de alguma forma, a interação escola-família (0,64 % do total dos municípios). O dado parece mais alarmante quando consideramos que dessas 32 experiências, 14 eram de iniciativa da própria unidade escolar, sem qualquer iniciativa da secretaria municipal de educação. (CASTRO; REGATTIERI, 2010).

Os números acima evidenciam a necessidade de ações públicas em prol da relação escola-família. Nessa perspectiva e reconhecendo o grau de importância que a educação tem para o desenvolvimento do país surgiu a metodologia do Programa Orientadores Familiares, na qual um novo ator social surge no ambiente escolar a fim de viabilizar momentos de participação interessada da família, fortalecer os laços entre essas duas instituições sociais e, por fim, garantir a efetivação de uma educação de qualidade.

O PROGRAMA PILOTO ORIENTADORES FAMILIARES NO RIO DE JANEIRO: GARANTIA DOS DIRETOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA

O Programa Piloto Orientadores Familiar foi implantado junto a 10 creches da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, entre março de 2012 e dezembro de 2013. O Programa teve como principal objetivo contribuir para o fortalecimento da relação família-creche, considerando o fortalecimento do vínculo familiar e a articulação das famílias com a rede de proteção à primeira infância nos territórios como meio estratégico de mudança destas relações.

Foram priorizadas creches municipais de oito bairros da zona oeste da cidade, a saber: Senador Camará, Inhoaíba, Bangu, Realengo, Santíssimo, Campo Grande, Sepetiba e Santa Cruz, com previsão inicial de atender à 200 famílias.

O Programa foi desenvolvido por meio da parceria entre a Fundação Itaú Social e a Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (SME-RJ), sob responsabilidade de realização do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável

(CIEDS). A metodologia e experiência do Programa Coordenadores de Pais³, desenvolvido pela Fundação Itaú Social, em São Paulo foram utilizadas como principais referências para o desenvolvimento deste Programa.

No município do Rio de Janeiro, o Programa surgiu como resposta à demanda de criação de medidas específicas e integradas, direcionadas para o atendimento à primeira infância. O Programa teve como estratégia realizar ações educativas de acompanhamento a crianças e suas famílias, atendidas pelo Programa Primeira Infância Completa (PIC)⁴ e Escola de Pais⁵ da SME/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tendo como uma das principais estratégias a visita domiciliar, onde foram priorizadas famílias em situação de maior vulnerabilidade.

O PIC foi criado pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro como modelo alternativo e complementar de atendimento a crianças de 6 meses a 3 anos e 11 meses que não estão matriculadas em creche ou Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI). O Programa prioriza o acesso para as crianças beneficiadas pelo Cartão Família Carioca, acompanhando, assim, a política da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, de acesso à creche para as famílias em situações mais vulneráveis. No PIC, as crianças juntamente com os seus responsáveis são atendidas aos sábados, em oficinas realizadas duas vezes por mês ou semanalmente, a depender da idade da criança. Além disso, os responsáveis participam da Escola de Pais.

O Programa Escola de Pais, iniciado em parceria com as secretarias municipais de Assistência Social e de Saúde e Defesa Civil, visa a melhor educação dos filhos, desde a primeira infância. O Programa é destinado a pais ou a terceiros, responsáveis diretos, por menores de seis meses a 3 anos e 11 meses, matriculados ou não em creches municipais. Ele funciona como ação integrada ao PIC, por meio da realização de rodas de conversas coordenadas por profissionais da Secretaria Municipal de Educação sobre os mais variados temas relativos às questões do desenvolvimento da criança.

Nesta perspectiva, o Programa Orientadores Familiares atuou como “porta de entrada” das famílias nas creches, através da atuação direta de 10 profissionais denominados de “Orientador Familiar”. Coube ao Programa atender as famílias cujas crianças aguardavam as vagas na rede pública municipal, viabilizando momentos de diálogo com as famílias e

³ Para conhecimento do Programa Coordenador de Pais, consulte as publicações da Fundação Itaú Social. <http://www.fundacaoitausocial.org.br/biblioteca/artigos-e-publicacoes/>

⁴ <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=131779> consultado em 13.10.2014.

⁵ <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1214214> consultado em 13.10.2014.

responsáveis, trabalhando o tema da promoção da educação e dos direitos da infância de forma dinâmica e interativa e fornecendo orientações para o desenvolvimento da criança enquanto esta ainda não se encontrava matriculada na creche.

Especificamente, o Programa Orientadores Familiares propunha os seguintes objetivos:

I. Realizar a capacitação continuada da equipe de orientadores familiares

Na perspectiva de potencializar as atividades desenvolvidas pelo orientador familiar seja junto às ações do PIC e Escola de Pais, seja nas visitas familiares ou nas de formação de redes de relacionamentos é que foi criado um processo de capacitação continuada da equipe de orientadores.

Sendo assim, esta etapa do processo se constituiu como a fase da ação, da relação teoria/prática, considerada também como aprendizagem tanto no desenvolvimento dos conteúdos, como na atuação, cuja expressão foi vislumbrada pela maneira de planejar e também na forma de participar, conversar, colaborar, de formar redes de relacionamentos. Portanto, o orientador familiar, foi continuamente instigado a refletir e a se capacitar sobre a sua prática à luz da teoria que a norteia.

Os temas da capacitação continuada foram trabalhados de forma dinamizada e sempre relacionados com a prática do orientador familiar e em consonância com a política de educação infantil implementada pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro.

II. Efetuar visitas domiciliares

A Visita Domiciliar foi a principal estratégia utilizada pelo orientador familiar numa perspectiva de orientar, identificar demandas, realizar encaminhamentos, além de fortalecer os vínculos familiares e sociais junto às famílias inseridas e envolvidas com as 10 creches participantes do programa.

A orientação familiar também teve como objetivo identificar e intensificar as intervenções da política de educação e de outras políticas: assistência social e saúde onde foram realizadas articulações para garantir os direitos das crianças e de suas famílias.

As visitas domiciliares foram realizadas semanalmente pelos orientadores, a partir da demanda identificada pelo próprio orientador familiar ou pelas equipes das creches. O

orientador após a identificação das demandas da criança/família realizou as orientações e encaminhamentos cabíveis ao caso, sob a orientação da gestora da creche.

III. Participar das atividades do Programa Primeira Infância Completa (PIC) e Escola de Pais

A equipe de orientadores familiares se tornou parte integrante das atividades realizadas pelo Programa PIC e pela Escola de Pais. Como mecanismo de potencialização dessa atividade, o orientador familiar atuou em parceria com as equipes das creches numa perspectiva de aproximação das famílias, oportunizando momentos para o diálogo, trocas e conhecimento dos pais e responsáveis, criando, assim, um clima de confiança e respeito para que se possa dar continuidade às atividades de visitação e orientação familiar, bem como outras estratégias de inclusão social propostas pelo Programa.

IV. Promover atividades externas culturais: apropriação da cidade como recurso educativo

Com vistas a potencializar, complementar e dinamizar as atividades do Programa PIC e Escola de Pais, esta atividade teve como objetivo levar a criança a apreender em diferentes espaços, possibilitando seu desenvolvimento cognitivo e educacional e estimulando o processo de aprendizagem. Além de propiciar às crianças a apropriação da cidade como instrumento de inserção social e cultural.

V. Realizar encontros com as famílias

Atividades como oficinas e encontros de confraternização foram importantes estratégias de aproximação família/creche, onde os participantes ficaram mais à vontade para se expressarem e até de participarem de conversas informais em grupos menores sem deixar de trazer para eles informações pertinentes e oportunidades de relacionamento entre si e com as equipes de trabalho.

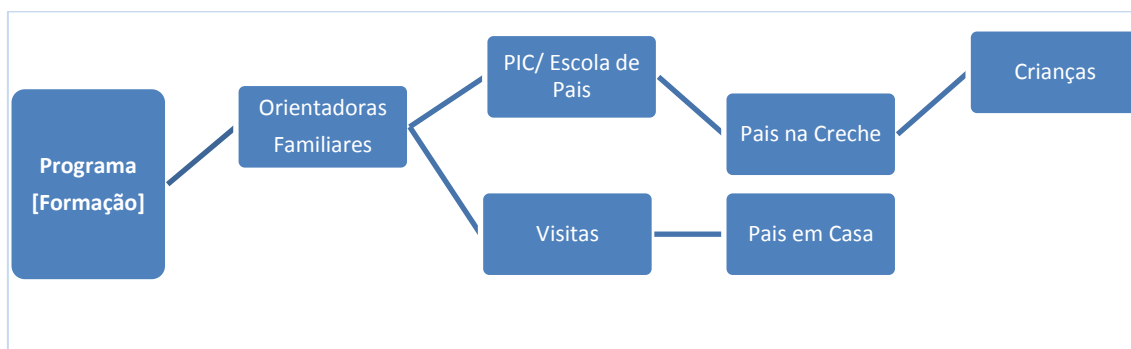
Cabe, ainda, destacar que essas estratégias de aproximação e interlocução com as famílias ainda são pouco utilizadas pela rede de educação. Dessa forma, foram realizados encontros com as famílias atendidas pelo Programa como forma de estreitamento de relações, integração, formação e confraternização.

VI. Realizar encontros de formação de Gestores

Esta etapa do programa foi realizada com o objetivo de proporcionar um espaço de reflexão acerca do processo de implementação, desenvolvimento e resultados do Programa Piloto Orientadores Familiares, junto ao grupo gestor das 10 creches onde o programa foi executado. Considerando o caráter de programa piloto, esta etapa do programa também teve como objetivo possibilitar a transferência da tecnologia, bem como difundir os resultados atingidos e possibilitar a apropriação de conteúdos e aprendizados numa perspectiva de reaplicação e expansão da tecnologia em outras regiões do município.

Também foi objetivo dessa ação proporcionar a ampliação dos conhecimentos dos gestores, referentes aos múltiplos aspectos envolvidos na gestão escolar/creche, com destaque para o processo da inserção familiar na educação infantil, com a promoção de discussões sobre gestão participativa, enquanto movimento de construção coletiva em prol da consolidação de uma educação mais democrática.

Quadro 01: Fluxograma as fases de desenvolvimento do Programa Orientadores Familiares



FONTE: MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ORIENTADORES FAMILIARES - MOVE

LEGADOS PARA A EDUCAÇÃO

O Programa Orientadores Familiares surgiu como um novo ator no Programa Primeira Infância Completa, um aliado da creche que contribuiu para o fortalecimento dos vínculos familiares e desenvolvimento das crianças em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo de sua execução, vislumbrou-se a participação mais efetiva e qualitativa das famílias nas atividades do PIC/Escola de Pais, que começaram a entender a importância de sua participação, para além da garantia dos benefícios sociais.

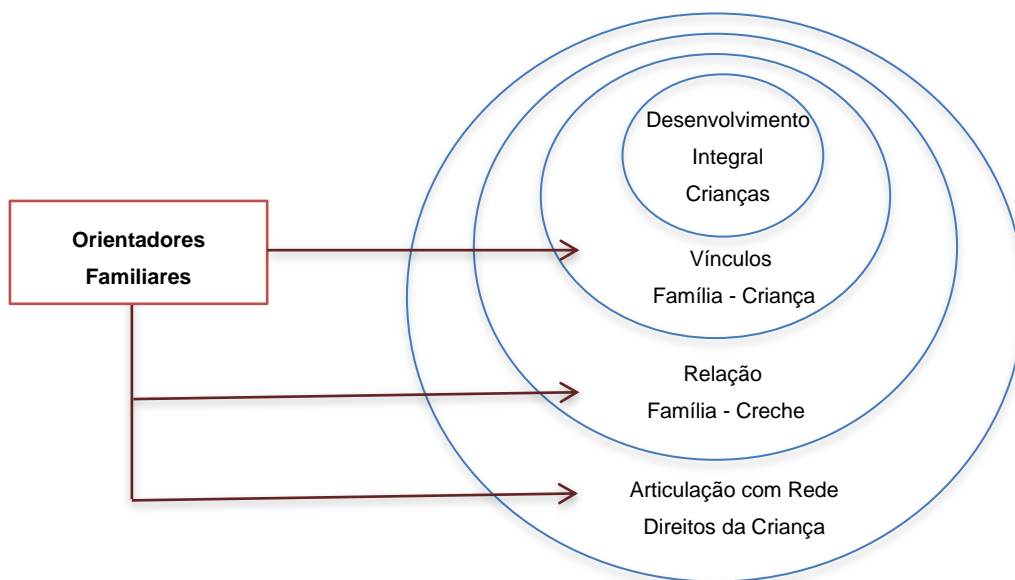
O Programa teve em sua condução práticas e esforços que foram indubitavelmente de grande relevância para o estímulo ao aprendizado das crianças, que requer para sua formação integral, além da creche, a participação da família e da comunidade, integrando diversificadas dimensões da criança: afetiva, cognitiva, cultural e social.

Destacam-se ainda alguns números que corroboram para a efetivação dos resultados apresentados: contabiliza-se 1.834 visitas domiciliares realizadas às 458 famílias atendidas ao longo da execução dos dois anos da experiência, considerando que algumas destas possuíam mais de uma criança participando do PIC.

Outro importante resultado foi a sistematização do programa⁶ com objetivo de inspirar e instrumentalizar novas experiências que visem a expansão da proposta para outros territórios. A publicação relata todos os passos necessários, desde a fase de planejamento, para a implementação da proposta.

A partir dos dados apresentados ao longo do artigo, entende-se que o Orientadores Familiares contribuiu não só com a reorganização familiar e na melhoria das relações entre família-creche, mas fundamentalmente com o processo de desenvolvimento da criança.

Quadro 02. Campos de resultado do Programa Orientadores Familiares



FONTE: MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ORIENTADORES FAMILIARES - MOVE CONSULTORIA

⁶ A sistematização do Programa se encontra em fase de aprovação pelos parceiros, com previsão de publicação no ano de 2015.

CONCLUSÃO

Atualmente, pensar essas duas esferas, escola e família, como independentes é retroceder diante das inúmeras pesquisas e experiências que apontam a necessidade de ações integradas e integradoras. A participação dessas instituições sociais apresentam singularidades quanto aos objetivos e conteúdos que, entretanto, se complementam para a ação macro: desenvolvimento integral do aluno.

Nessa ação compartilhada, um dos principais desafios é a sensibilização tanto da família para participar do processo educativo e de desenvolvimento da criança, quanto da própria equipe escolar que precisa estar aberta a críticas e novos olhares.

A família e a escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas. (DESSEN, M. A. & POLONIA, A. C 2007, p.29).

Diante dos dados e análises abordadas ao logo do documento, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que incluam e compreendam a participação da família como um fator crucial para a garantia do desenvolvimento integral do aluno e da ampliação da participação nos espaços decisórios das questões educacionais cotidianas e das políticas públicas.

Nesta perspectiva, o Programa Orientadores Familiares surgiu com a intencionalidade de agregar essas duas instituições que, nos primeiros anos de vida da criança, são importantes responsáveis pela formação das crianças. Evidencia-se também a importância da sistematização dessa metodologia como recurso de informação para que outras propostas possam ser implementadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, T. Importância da Primeira Infância. *Jornal O Povo On Line*. Fortaleza. [2013]. Disponível em <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2013/11/12/noticiasjornalopiniao,3161958/importancia-da-primeira-infancia.shtml>. Acesso em: 06 mar. 2014.
- BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
- _____. Lei De Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.
- CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Orgs). *Interação Escola-Família: subsídios para práticas Escolares*. Brasília: UNESCO, MEC, 2010. 104 pp.
- CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CIEDS). *Programa Piloto Orientadores Familiares - Relatório Final*. Rio de Janeiro: CIEDS, 2013. 60 pp.
- _____. FLORÊNCIO, M; TROTA, K. (Orgs.) *Sistematização do Programa Piloto Orientadores Familiares do Rio de Janeiro*. 2013
- _____. ALVES, R; FERREIRA, N (Orgs). *Orientadores Familiares: Texto de Sistematização*. No prelo. 2013
- _____. *Plano de Implementação do Programa Piloto Orientadores Familiares*. Rio de Janeiro: CIEDS, 2012. 26 pp.
- _____. ARAUJO, A; (Orgs). *Programa Orientadores Familiares: Experiência de aproximação família-creche. Guia para o gestor público*. No prelo. 2013
- MOVE CONSULTORIA. *Matriz de Avaliação do Programa Orientadores Familiares*. Rio de Janeiro, 2013.
- DESSEN, M. A. & POLONIA, A. C. *A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano*. Distrito Federal: 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL (A). *Guia do Responsável pela Implantação – Coordenação de Pais*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2009. 56 pp.
- _____. *Guia do Coordenador de Pais – Operação*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2009. 89 pp.
- _____. *Guia do Diretor – Coordenação de Pais – Monitoramento*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2009. 24 pp.

GENTILE, P. “Parceiros na aprendizagem: Abrir as portas à participação de familiares e da comunidade ajuda os alunos a ter sucesso na vida escolar e colabora para diminuir a evasão e a violência”. Revista Nova Escola. Ed. 193. Jun. 2006. São Paulo: Abril Cultural. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/parceiros-aprendizagem-423371.shtml>>. Consultado em 07 de março de 2014.

PIAGET, J. Aprendizagem e conhecimento. Tradução Equipe da Livraria Freitas Bastos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

RIO DE JANEIRO (1). Secretaria Municipal de Educação. Primeira Infância Completa (PIC). Rio de Janeiro, [2009]. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=131779>> Acesso em: 06 mar. 2014

_____. Secretaria Municipal de Educação. Educação em Números. Rio de Janeiro [conteúdo atualizado em 14 de fevereiro de 2014]. Disponível em:

<www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=96310> Acesso em: 14 mar. 2014

_____. Secretaria Municipal de Educação. Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI). Rio de Janeiro [conteúdo atualizado em 14 de fevereiro de 2014]. Disponível em:

<www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=125527> Acesso em: 18 mar. 2014